

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

## DFs Consolidadas

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	12
--	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	13
--	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.896.785
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.896.785</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

---

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	11.642.924	10.475.039
1.01	Ativo Circulante	2.348.378	2.713.602
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	386.240	1.107.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	213.500	531.993
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	93.866	352.785
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	93.866	352.785
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	119.634	179.208
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	119.634	179.208
1.01.03	Contas a Receber	1.611.923	745.753
1.01.03.01	Clientes	1.611.923	745.753
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	1.536.800	673.833
1.01.03.01.02	Concessionários Transporte de energia	32.506	29.303
1.01.03.01.03	Revendedores - Transporte Energia Livre	42.617	42.617
1.01.04	Estoques	4.962	5.574
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.809	251.435
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.809	251.435
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	51.809	183.549
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	0	67.886
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.944	71.673
1.01.08.03	Outros	79.944	71.673
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	9.711	9.985
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	4.582	2.254
1.01.08.03.20	Outros Créditos	65.651	59.434
1.02	Ativo Não Circulante	9.294.546	7.761.437
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.015.118	1.051.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.195	49.613
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.195	49.613
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	104	15.849
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	104	15.849
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.003.819	985.686
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	169.047	159.673
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	38.758	40.152
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	787.144	776.881
1.02.01.09.20	Outros Créditos	8.870	8.980
1.02.02	Investimentos	3.135.796	1.519.321
1.02.02.01	Participações Societárias	3.135.796	1.519.321
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.135.796	1.519.321
1.02.03	Imobilizado	5.090.106	5.137.692
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.875.167	4.929.532
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	214.939	208.160
1.02.04	Intangível	53.526	53.276
1.02.04.01	Intangíveis	53.526	53.276
1.02.04.01.02	Intangível	53.526	53.276

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	11.642.924	10.475.039
2.01	Passivo Circulante	2.611.477	2.520.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.625	42.668
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.625	42.668
2.01.02	Fornecedores	223.896	214.240
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	223.896	214.240
2.01.03	Obrigações Fiscais	232.913	84.552
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	193.939	45.096
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	130.829	0
2.01.03.01.02	PASEP	9.802	6.427
2.01.03.01.03	COFINS	45.179	29.613
2.01.03.01.04	INSS	3.385	4.365
2.01.03.01.05	Outros	4.744	4.691
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	38.048	38.441
2.01.03.02.01	ICMS	38.048	38.441
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	926	1.015
2.01.03.03.01	ISSQN	926	1.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.019.779	1.085.964
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	489.084	455.244
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	489.084	455.244
2.01.04.02	Debêntures	530.695	630.720
2.01.05	Outras Obrigações	1.100.264	1.093.315
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	373	29.968
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	373	29.968
2.01.05.02	Outros	1.099.891	1.063.347
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	905.687	905.687
2.01.05.02.04	Encargos Regularórios	57.000	25.177
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	32.196	31.295
2.01.05.02.06	Participações nos Lucros	43.215	32.049
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	41.746	49.605
2.01.05.02.08	Concessões a pagar	20.047	19.534
2.02	Passivo Não Circulante	4.132.685	4.139.283
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.046.410	3.006.842
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.017.041	1.019.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.017.041	1.019.832
2.02.01.02	Debêntures	2.029.369	1.987.010
2.02.02	Outras Obrigações	811.212	849.049
2.02.02.02	Outros	811.212	849.049
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	101.233
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	29.589	77.262
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	531.180	523.948
2.02.02.02.08	Concessões a Pagar	148.570	145.490
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	640	1.116
2.02.03	Tributos Diferidos	216.450	226.768
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	216.450	226.768
2.02.04	Provisões	58.613	56.624

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.585	55.764
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.300	13.180
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	19.632	21.047
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	20
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	11	2
2.02.04.01.06	Provisões Outras	22.642	21.515
2.02.04.02	Outras Provisões	28	860
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	28	860
2.03	Patrimônio Líquido	4.898.762	3.815.017
2.03.01	Capital Social Realizado	893.192	893.192
2.03.04	Reservas de Lucros	2.384.711	2.384.711
2.03.04.01	Reserva Legal	419.871	419.871
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.917.835	1.917.835
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	47.005	47.005
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.090.798	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	530.061	537.114

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.463.334	1.386.471
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-677.043	-535.857
3.02.01	Encargos de uso da Rede Básica de Transmissão	-64.947	-62.830
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para revenda	-355.699	-229.780
3.02.03	Pessoal e Administradores	-61.953	-52.132
3.02.04	Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-37.478	-42.942
3.02.05	Materiais	-2.906	-1.322
3.02.06	Serviços de Terceiros	-32.193	-17.395
3.02.07	Depreciação e Amortização	-59.717	-72.203
3.02.08	Reversão(provisões) Operacionais	-2.958	-5.747
3.02.09	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-39.532	-32.465
3.02.10	Custo de Construção	-13.549	-17.639
3.02.11	Outros custos de operação	-6.111	-1.402
3.03	Resultado Bruto	1.786.291	850.614
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.607	-27.072
3.04.01	Despesas com Vendas	0	319
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.745	-73.071
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-31.911	-32.398
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.049	78.078
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.737.684	823.542
3.06	Resultado Financeiro	-98.109	-113.250
3.06.01	Receitas Financeiras	52.490	17.746
3.06.02	Despesas Financeiras	-150.599	-130.996
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.639.575	710.292
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-555.830	-213.542
3.08.01	Corrente	-566.148	-232.641
3.08.02	Diferido	10.318	19.099
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.083.745	496.750
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.083.745	496.750
3.99.01.01	ON	0,3741	0,1715
3.99.02.01	ON	0,3741	0,1715

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.083.745	496.750
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.083.745	496.750



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	537.308	373.210
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.846.978	843.031
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.083.745	496.750
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	59.721	73.371
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	4	201
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-1.049	-78.078
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	127.080	115.434
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social	555.830	213.542
6.01.01.09	Provisões para Perdas Operacionais	2.958	5.432
6.01.01.12	Obrigações Pós Emprego	18.689	16.367
6.01.01.20	Outros	0	12
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-746.796	-94.419
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-862.967	-403.153
6.01.02.02	Dividendos Recebidos	5.230	0
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	133.134	-11.660
6.01.02.04	Transporte de Energia	-3.203	40.530
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	67.886	50.445
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-9.374	-1.894
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-54.957	-54.962
6.01.02.10	Ativo Financeiro	958	300.839
6.01.02.11	Fornecedores	9.656	6.598
6.01.02.12	Tributos e Contribuição Social	17.532	-11.895
6.01.02.13	Salários e Contribuições Sociais	-8.043	27.809
6.01.02.14	Encargos Regulatórios	-15.850	-8.198
6.01.02.16	Obrigações Pós Emprego	-10.556	-9.819
6.01.02.20	Outros	-16.242	-19.059
6.01.03	Outros	-562.874	-375.402
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-380.362	-177.680
6.01.03.02	Juros Pagos	-182.512	-197.722
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.287.057	48.428
6.02.01	Em Investimentos	-1.620.287	-86.948
6.02.02	No Imobilizado	-7.999	-2.451
6.02.03	No Intangível	-2.133	-430
6.02.04	Em Títulos e Valores Mobiliários	356.911	155.896
6.02.05	No Ativo Financeiro	-13.549	-17.639
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	28.815	-492.453
6.03.01	Financiamentos Obtidos	505.368	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-476.553	-492.453
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-720.934	-70.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.107.174	509.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	386.240	438.337

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	893.192	0	2.384.711	0	537.114	3.815.017
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	893.192	0	2.384.711	0	537.114	3.815.017
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.083.745	0	1.083.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.083.745	0	1.083.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.053	-7.053	0
5.06.04	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	7.053	-7.053	0
5.07	Saldos Finais	893.192	0	2.384.711	1.090.798	530.061	4.898.762

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.296.785	0	1.418.845	0	590.418	5.306.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.296.785	0	1.418.845	0	590.418	5.306.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.750	0	496.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.750	0	496.750
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.259	-24.259	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.259	-24.259	0
5.07	Saldos Finais	3.296.785	0	1.418.845	521.009	566.159	5.802.798

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	2.822.076	1.638.956
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.800.125	1.620.564
7.01.02	Outras Receitas	8.402	434
7.01.02.01	Investimentos em Imobilizado	8.402	434
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	13.549	17.639
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	319
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-545.931	-417.753
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-489.532	-359.432
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-49.180	-43.343
7.02.04	Outros	-7.219	-14.978
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-7.219	-14.978
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.276.145	1.221.203
7.04	Retenções	-59.721	-73.371
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.721	-73.371
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.216.424	1.147.832
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.539	95.824
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.049	78.078
7.06.02	Receitas Financeiras	52.490	17.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.269.963	1.243.656
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.269.963	1.243.656
7.08.01	Pessoal	88.230	121.788
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.440	60.394
7.08.01.02	Benefícios	24.737	21.474
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.009	3.920
7.08.01.04	Outros	44	36.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	942.777	489.694
7.08.02.01	Federais	822.315	384.937
7.08.02.02	Estaduais	120.083	104.586
7.08.02.03	Municipais	379	171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.211	135.424
7.08.03.01	Juros	150.599	130.997
7.08.03.02	Aluguéis	4.612	4.427
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.083.745	496.750
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.083.745	496.750

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
----------------------------	---------------------------	---	--

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
----------------------------	---------------------------	---	--

## DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

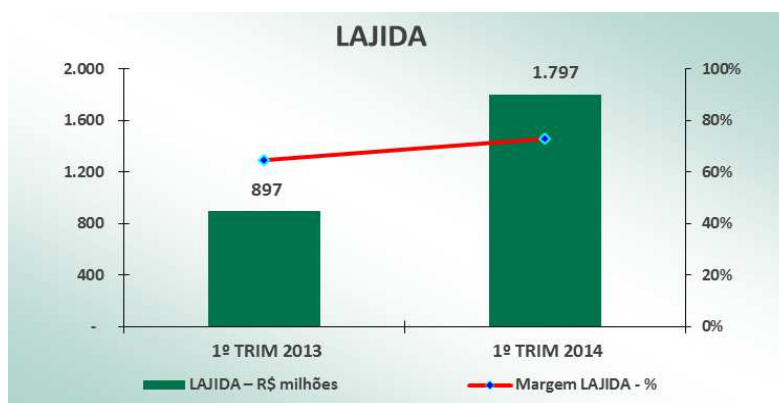
### Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2014, um resultado de R\$1.083.745, em comparação ao resultado de R\$496.750 no mesmo período de 2013, um aumento de 118,17%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

### LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2014	31/03/2013	Var %
Resultado do Período	1.083.745	496.750	118,17
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	555.830	213.542	160,29
+ Resultado Financeiro Líquido	98.109	113.250	(13,37)
+ Amortização e Depreciação	59.721	73.371	(18,60)
= LAJIDA	<b>1.797.405</b>	<b>896.913</b>	<b>100,40</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 77,67% verificado na receita líquida compensado, parcialmente, pelo aumento de 17,50% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 64,69% para 72,70%.

### **Fornecimento Bruto de Energia Elétrica**

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Industrial	4.887.863	4.336.814	728.269	605.041	149,00	139,51
Comercial	79.731	76.854	17.909	16.228	224,62	211,15
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	104.402	(31.320)	-	-
	<b>4.967.594</b>	<b>4.413.668</b>	<b>850.580</b>	<b>589.949</b>	<b>171,23</b>	<b>133,66</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.889.596	4.004.972	459.332	458.515	118,09	114,49
	<b>8.857.190</b>	<b>8.418.640</b>	<b>1.309.612</b>	<b>1.048.464</b>	<b>147,86</b>	<b>124,54</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.309.612 no primeiro trimestre de 2014 em comparação a R\$1.048.464 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 24,91%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 5,21% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento de 18,73% no preço médio praticado.

### **Receita de Concessão da Transmissão**

A receita de concessão da transmissão foi de R\$176.190 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$114.344 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 54,09%. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos e aumento da sazonalização da energia dos contratos de clientes livres.

### **Receita com Transações com energia na CCEE**

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.307.812 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$453.037 no mesmo período de 2013, um aumento de 188,68%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 107,52% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$669,76/MWh em 2014 e R\$322,75/MWh em 2013).

### **Impostos incidentes sobre a receita operacional**

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$350.340 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$251.731 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 39,17%. Este aumento é decorrente do crescimento de 71,75% da receita bruta que foi de R\$2.813.674 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$1.638.202 no mesmo período de 2013.





### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$726.699 no primeiro trimestre de 2014 em comparação com R\$641.007 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 13,37%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nos custos e despesas operacionais, estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$355.699 no primeiro trimestre de 2014 em comparação com R\$229.780 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 54,80%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 46,39% no volume de energia comprada no ambiente livre em 2014 (2.277.008 MWh) comparado com 2013 (1.555.412 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado, em menor parte, ao maior custo de aquisição tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

#### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$73.108 no primeiro trimestre de 2014 em comparação com R\$109.085 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 32,98%. Essa variação decorre basicamente dos custos registrados no ano anterior, no montante de R\$36.000, referentes ao Programa de Desligamento Voluntário implementando pela Companhia na época.

#### Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$59.721 no primeiro trimestre de 2014 em comparação com R\$73.371 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 18,60%. Essa variação decorre basicamente de ajuste credor em 2014 referente à estimativa de despesa registrada em períodos anteriores.

#### Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$238.171 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$228.771 no mesmo período de 2013, apresentando aumento de 4,11%.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$98.109 no primeiro trimestre de 2014 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$113.250 no mesmo período de 2013, uma redução de 13,37%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na receita de aplicações financeiras: R\$37.876 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$14.287 no mesmo 2013, apresentando aumento de 165,11%. O maior impacto se verificou em decorrência basicamente do maior volume de recursos aplicados em 2014;
- aumento na receita de acréscimos moratórios na conta de energia: R\$6.005 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$1.876 no mesmo período e 2013 decorrente, principalmente, do recebimento de multa contratual em função da rescisão unilateral, por alguns clientes, do contrato de fornecimento de energia.
- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$84.812 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$71.049 no mesmo período de 2013 decorrente, principalmente, da maior variação do CDI em 2014;
- aumento no resultado líquido de ajuste a valor presente: receita de 4.911 no primeiro trimestre de 2014 comparados a despesa de R\$1.417 mesmo período de 2013, representando aumento bruto de R\$6.328 decorrente, principalmente, da maior variação do IGPM no atual período (2,55% em 2014 na comparação com 0,84% em 2013).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$555.830 em relação ao Resultado de R\$1.639.575 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,90%. No mesmo período de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$213.542 em relação ao Resultado de R\$710.292 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 30,06%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

\*\*\*\*\*



## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	14
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	18
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	18
11. INVESTIMENTOS.....	20
12. IMOBILIZADO .....	24
13. INTANGÍVEIS.....	27
14. FORNECEDORES .....	27
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	28
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	29
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	31
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	31
19. PROVISÕES .....	32
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	37
21. RECEITA .....	37
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	38
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	39
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	40
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	41
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	48
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	50
28. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	52

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

#### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	386.240	1.107.174
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	213.500	531.993
Consumidores e Revendedores	05	1.536.800	673.833
Concessionários - Transporte de Energia		32.506	29.303
Ativo Financeiro da Concessão	10	4.582	2.254
Tributos Compensáveis	06	51.809	183.549
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	07	-	67.886
Revendedores - Transações com Energia Livre		42.617	42.617
Dividendos a Receber		9.711	9.985
Estoques		4.962	5.574
Outros Créditos		65.651	59.434
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.348.378</b>	<b>2.713.602</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	11.195	49.613
Tributos Compensáveis	06	38.758	40.152
Depósitos Vinculados a Litígios	09	169.047	159.673
Transações com Partes Relacionadas		104	15.849
Outros Créditos		8.870	8.980
Ativo Financeiro da Concessão	10	787.144	776.881
Investimentos	11	3.135.796	1.519.321
Imobilizado	12	5.090.106	5.137.692
Intangíveis	13	53.526	53.276
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.294.546</b>	<b>7.761.437</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.642.924</b>	<b>10.475.039</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	16	489.084	455.244
Debêntures	16	530.695	630.720
Fornecedores	14	223.896	214.240
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	102.084	84.552
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15b	130.829	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		905.687	905.687
Salários e Encargos Sociais		34.625	42.668
Encargos Regulatórios	17	57.000	25.177
Participações nos Lucros		43.215	32.049
Transações com Partes Relacionadas		373	29.968
Obrigações Pós-Emprego	18	32.196	31.295
Concessões a Pagar		20.047	19.534
Outras Obrigações		41.746	49.605
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.611.477</b>	<b>2.520.739</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.017.041	1.019.832
Debêntures	16	2.029.369	1.987.010
Provisões	19	58.613	56.624
Obrigações Pós-Emprego	18	531.180	523.948
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	216.450	226.768
Encargos Regulatórios	17	29.589	77.262
Concessões a Pagar		148.570	145.490
Outras Obrigações		640	1.116
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.132.685</b>	<b>4.139.283</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.744.162</b>	<b>6.660.022</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	20	893.192	893.192
Reservas de Lucros		2.384.711	2.384.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial		530.061	537.114
Lucros Acumulados		1.090.798	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.898.762</b>	<b>3.815.017</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.642.924</b>	<b>10.475.039</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITA</b>	21		
		<b>2.463.334</b>	<b>1.386.471</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(355.699)	(229.780)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(64.947)	(62.830)
		<u>(420.646)</u>	<u>(292.610)</u>
<b>OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	22		
Pessoal e Administradores		(61.953)	(52.132)
Materiais		(2.906)	(1.322)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(37.478)	(42.942)
Serviços de Terceiros		(32.193)	(17.395)
Depreciação e Amortização		(59.717)	(72.203)
Provisões ( Reversões) Operacionais		(2.958)	(5.747)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(39.532)	(32.465)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(13.549)	(17.639)
Outros custos de operação		(6.111)	(1.402)
		<u>(256.397)</u>	<u>(243.247)</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(677.043)</b>	<b>(535.857)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.786.291</b>	<b>850.614</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	22		
Despesas com Vendas		-	319
Despesas Gerais e Administrativas		(17.745)	(73.071)
Outras Despesas Operacionais		(31.911)	(32.398)
		<u>(49.656)</u>	<u>(105.150)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		1.049	78.078
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>1.737.684</b>	<b>823.542</b>
Receitas Financeiras	23	52.490	17.746
Despesas Financeiras	23	(150.599)	(130.996)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>1.639.575</b>	<b>710.292</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(566.148)	(232.641)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	10.318	19.099
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>1.083.745</b>	<b>496.750</b>
<b>Lucro Básico por ação ordinária</b>		<b>0,3741</b>	<b>0,1715</b>
<b>Lucro Diluído por ação ordinária</b>		<b>0,3741</b>	<b>0,1715</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES****PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013****(Em milhares de Reais)**

	31/03/2014	31/03/2013
RESULTADO DO PERÍODO	1.083.745	496.750
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.083.745</u>	<u>496.750</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>3.296.785</b>	<b>1.418.845</b>	<b>590.418</b>	<b>-</b>	<b>5.306.048</b>
Resultado do período	-	-	-	496.750	496.750
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>496.750</b>	<b>496.750</b>
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(24.259)	24.259	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013</b>	<b>3.296.785</b>	<b>1.418.845</b>	<b>566.159</b>	<b>521.009</b>	<b>5.802.798</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>893.192</b>	<b>2.384.711</b>	<b>537.114</b>	<b>-</b>	<b>3.815.017</b>
Resultado do período	-	-	-	1.083.745	1.083.745
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.083.745</b>	<b>1.083.745</b>
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(7.053)	7.053	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014</b>	<b>893.192</b>	<b>2.384.711</b>	<b>530.061</b>	<b>1.090.798</b>	<b>4.898.762</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.





## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	31/03/2014	31/03/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	1.083.745	496.750
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	59.721	73.371
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	4	201
Equivalência Patrimonial	(1.049)	(78.078)
Juros e Variações Monetárias	127.080	115.434
Imposto de Renda e Contribuição Social	555.830	213.542
Provisões para Perdas Operacionais	2.958	5.432
Obrigações Pós-Emprego	18.689	16.367
Outros	-	12
	<u>1.846.978</u>	<u>843.031</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(862.967)	(403.153)
Tributos Compensáveis	133.134	(11.660)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	67.886	50.445
Transporte de Energia	(3.203)	40.530
Ativo Financeiro	958	300.839
Depósito Judiciais	(9.374)	(1.894)
Dividendos Recebidos	5.230	-
Outros	7.898	(12.933)
	<u>(660.438)</u>	<u>(37.826)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	9.656	6.598
Tributos e Contribuição Social	17.532	(11.895)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(54.957)	(54.962)
Salários e Contribuições Sociais	(8.043)	27.809
Encargos Regulatórios	(15.850)	(8.198)
Obrigações Pós-Emprego	(10.556)	(9.819)
Outros	(24.140)	(6.126)
	<u>(86.358)</u>	<u>(56.593)</u>
Caixa Gerado nas Operações	1.102.439	748.612
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(380.362)	(177.680)
Juros Pagos	(182.512)	(197.722)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>537.308</u>	<u>373.210</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Investimentos	(1.620.287)	(86.948)
No Imobilizado	(7.999)	(2.451)
No Intangível	(2.133)	(430)
No Ativo Financeiro	(13.549)	(17.639)
Em Títulos e Valores Mobiliários	356.911	155.896
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(1.287.057)</u>	<u>48.428</u>



	31/03/2014	31/03/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Financiamentos Obtidos	505.368	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(476.553)	(492.453)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	28.815	(492.453)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(720.934)</b>	<b>(70.815)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	1.107.174	509.152
No fim do exercício	386.240	438.337
	<b>(720.934)</b>	<b>(70.815)</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	31/03/2014		31/03/2013	
<b>RECEITAS</b>				
Venda de Energia e Serviços	2.800.125		1.620.564	
Receita de Construção	13.549		17.639	
Investimentos em Imobilizado	8.402		434	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-		319	
	<u>2.822.076</u>		<u>1.638.956</u>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(375.042)		(245.973)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(68.427)		(67.358)	
Serviços de Terceiros	(46.274)		(33.852)	
Materiais	(2.906)		(9.491)	
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia	(46.063)		(46.101)	
Outros Custos Operacionais	(7.219)		(14.978)	
	<u>(545.931)</u>		<u>(417.753)</u>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.276.145</b>		<b>1.221.203</b>	
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e Amortização	(59.721)		(73.371)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>2.216.424</b>		<b>1.147.832</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.049		78.078	
Receitas Financeiras	52.490		17.746	
	<u>53.539</u>		<u>95.824</u>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>2.269.963</b>		<b>1.243.656</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>88.230</b>	<b>3,89</b>	<b>121.788</b>	<b>9,79</b>
Remuneração direta	59.440	2,62	60.394	4,85
Benefícios	24.737	1,09	21.474	1,73
FGTS	4.009	0,18	3.920	0,32
Outras	44	0,00	36.000	2,89
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>942.777</b>	<b>41,53</b>	<b>489.694</b>	<b>39,38</b>
Federais	822.315	36,23	384.937	30,96
Estaduais	120.083	5,29	104.586	8,41
Municipais	379	0,01	171	0,01
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>155.211</b>	<b>6,84</b>	<b>135.424</b>	<b>10,89</b>
Juros	150.599	6,63	130.997	10,53
Aluguéis	4.612	0,21	4.427	0,36
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>1.083.745</b>	<b>47,74</b>	<b>496.750</b>	<b>39,94</b>
Lucros Acumulados	1.083.745	47,74	496.750	39,94
	<u>2.269.963</u>	<u>100,00</u>	<u>1.243.656</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014**

**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de março de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$263.099. Esse excesso foi decorrente, principalmente, do aporte para aquisição de novos investimentos. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

## 2.2. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2014, está relacionada a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2013	Informações Contábeis Intermediárias do 1T-2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisórias nº 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais



### 2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

*IFRIC 21 - Taxações* - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

*IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01)* – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

*IAS 39* – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

*Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27* – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	4.726	7.113
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	366.587	974.153
Overnight	14.927	125.908
	<b>381.514</b>	<b>1.100.061</b>
	<b>386.240</b>	<b>1.107.174</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB e as Operações Compromissadas pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80% a 110% conforme operação).



Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia, é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado.

	31/03/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	121.864	124.488
Letras Financeiras – Bancos	70.086	327.995
Letras Financeiras do Tesouro	12.466	20.888
Debêntures	16.759	94.182
Outros	3.520	14.053
	<b>224.695</b>	<b>581.606</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>213.500</b>	<b>531.993</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>11.195</b>	<b>49.613</b>

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

#### 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2014	31/12/2013
Industrial	304.374	22.289	9.279	335.942	243.286
Comércio, Serviços e Outras	5.384	-	-	5.384	4.765
Suprimento a Outras Concessionárias	138.769	28.783	3.116	170.668	223.296
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	578.722	450.414	168	1.029.304	206.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.498)	(4.498)	(4.498)
	<b>1.027.249</b>	<b>501.486</b>	<b>8.065</b>	<b>1.536.800</b>	<b>673.833</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.



### Decreto nº 8.221/2014

Em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade, além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O Decreto determina ainda que caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratar as operações de crédito destinadas à cobertura dos custos extraordinários das distribuidoras provenientes de energia termoelétrica e do mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014 e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a homologação, mensal, dos valores a serem pagos pela Conta-ACR à cada Concessionária de Distribuição.

Adicionalmente, determinou que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Os valores a receber, referentes à comercialização de energia elétrica na CCEE, no valor de R\$1.029.304 em março de 2014 em comparação a R\$206.984 em 31 de dezembro de 2013, decorrem principalmente de uma maior disponibilidade de energia liquidada na CCEE no período, associada à alta verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	4.498	6.633
Constituições (Reversões)	-	(253)
Baixas	-	(1.882)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>4.498</b>	<b>4.498</b>

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	29.799	24.425
PASEP	1.170	19.770
COFINS	18.159	137.392
Outros	2.681	1.962
	<b>51.809</b>	<b>183.549</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS a Recuperar	28.532	29.380
COFINS	8.414	8.863
PASEP	1.812	1.909
	<b>38.758</b>	<b>40.152</b>
	<b>90.567</b>	<b>223.701</b>



Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados em 31 de dezembro de 2013 foram compensados com obrigações a pagar que estão reconhecidas na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	-	50.986
Contribuição Social	-	16.900
	<u>-</u>	<u>67.886</u>

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	31/03/2014	31/12/2013
<b>ATIVO</b>		
Obrigações Pós-Emprego	129.279	126.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.529	1.529
Concessão onerosa	65.103	62.714
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	19.928	19.252
Outros	15.400	10.785
	<u>256.547</u>	<u>246.350</u>
<b>PASSIVO</b>		
Custo Atribuído	(305.681)	(307.425)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(82.487)	(80.817)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(84.537)	(84.537)
Outros	(292)	(339)
	<u>(472.997)</u>	<u>(473.118)</u>
<b>Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>(216.450)</b>	<b>(226.768)</b>

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>(226.768)</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	10.318
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>(216.450)</b>



## b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2014	31/03/2013
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.639.575</b>	<b>710.292</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(557.456)	(241.499)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.648	906
Resultado de Equivalência Patrimonial	357	26.547
Multas Indedutíveis	(97)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(346)	(102)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(28)	78
Outros	92	528
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva</b>	<b>(555.830)</b>	<b>(213.542)</b>
Imposto Corrente	(566.148)	(232.641)
Imposto Diferido	10.318	19.099
	<b>(555.830)</b>	<b>(213.542)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>33,90%</b>	<b>30,06%</b>

### Medida Provisória nº 627/13

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013, a Medida Provisória nº 627 tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também, dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia.

## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhista	53.350	43.943
<b>Obrigações Fiscais</b>		
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233
Outros	4.666	4.625
	<b>113.913</b>	<b>113.872</b>
<b>Outros</b>		
Bloqueio Judicial	18	191
Regulatórios	1.271	1.271
Recon	110	110
Outros	385	286
	<b>1.784</b>	<b>1.858</b>
	<b>169.047</b>	<b>159.673</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

## 10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$533.588 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em cumprimento à Portaria 267 de 13 de agosto de 2013, realizará estudos para a definição do Valor Novo de Reposição - VNR relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo art. 17, § 5º, da Lei no 9.074/95 e definirá a regra e os prazos para o envio, pelas concessionárias de transmissão, das informações



necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia informou à ANEEL o seu cronograma para entrega do Laudo de Avaliação, com data prevista para 31 de julho de 2014, a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Salienta-se que a ReN nº 589/13 estabeleceu que deverão ser excluídos do Laudo de Avaliação os bens e instalações: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela ANEEL através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	533.588	533.588
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	213.740	200.586
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	44.398	44.961
	<b>791.726</b>	<b>779.135</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.582</b>	<b>2.254</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>787.144</b>	<b>776.881</b>

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>779.135</b>
Adição	13.549
Recebimentos	(958)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>791.726</b>

## 11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	31/03/2014	31/12/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.321	33.922
Guanhães Energia	67.428	67.428
Hidrelétrica Pipoca	26.152	25.069
Madeira Energia	673.237	642.585
Lightger	40.890	40.076
Baguari Energia	205.474	199.411
Central Eólica Praias de Parajuru	61.594	61.201
Central Eólica Volta do Rio	78.817	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	60.579	60.948
Amazônia Energia	340.058	310.797
Chiplely	739.117	-
Renova	810.129	-
	<b>3.135.796</b>	<b>1.519.321</b>

### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Estes ativos estão apresentados em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

### b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	31/03/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	1.539	-	(3.140)	-	32.321
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	2.190	-	(1.107)	-	26.152
Madeira Energia	642.585	(9.348)	40.000	-	-	673.237
Baguari Energia	199.411	5.969	-	-	94	205.474
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	886	-	(493)	-	61.594
Central Eólica Volta do Rio	77.884	932	-	-	1	78.817
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(369)	-	-	-	60.579
Lightger	40.076	1.030	-	(216)	-	40.890
Amazônia Energia	310.797	(954)	30.215	-	-	340.058
Chiplely	-	(826)	739.943	-	-	739.117
Renova	-	-	810.129	-	-	810.129
	<b>1.519.321</b>	<b>1.049</b>	<b>1.620.287</b>	<b>(4.956)</b>	<b>95</b>	<b>3.135.796</b>

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:



Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	65.962	49,00	35.000	69.228
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	52.000	137.608	49,00	52.000	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	53.371	49,00	41.360	51.162
Madeira Energia	6.946.672.000	10,00	6.946.672	6.532.372	10,00	6.746.672	6.425.851
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	296.125	69,39	10	287.380
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	125.702	49,00	70.560	124.900
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	160.851	49,00	117.230	158.947
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	123.631	49,00	52.960	124.384
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	83.450	49,00	79.232	81.787
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	373.933	455.954	74,50	427.669	417.177
Chipley	2.000	40,00	2	737.881	-	-	-

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a março de 2014		Janeiro a março de 2013	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	6.408	3.141	3.594	4.079
Guanhães Energia	52.000.000	-	-	-	148
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	2.259	4.469	-	2.027
Madeira Energia	6.946.672.000	-	(93.478)	-	(74.220)
Baguari Energia	26.157.300	-	8.612	-	5.521
EBTE	263.058.339	-	-	-	19.185
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	1.006	1.808	-	(1.633)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	1.902	-	953
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	(753)	-	(1.290)
Lightger	79.232.000	441	2.117	-	2.780
TAESA	1.033.496.721	-	-	12.664	160.341
Amazônia Energia	142.643.000	-	(1.258)	-	(1.200)
Chipley	2.000	-	(2.064)	-	-

### Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de março de 2014, R\$19.200.086 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de março de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.920.008. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 31 de março de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$519.417. O efeito proporcional na Companhia é de R\$51.941. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a Companhia e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$400.000



foram aportados no primeiro trimestre de 2014 (R\$40.000 pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo.

### Aumento de participação

Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne (“Fundo”), do qual a Cemig GT é cotista, representado pelo banco Modal na condição de Comprador, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), na condição de Vendedora, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições, de 83% do capital social total e 49% das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”). A SAAG, deterá, até a data de conclusão da transação (“Data de Fechamento”), 12,4% de participação na Madeira Energia S.A. (MESA). A operação foi objeto de deliberação no Conselho de Administração da Cemig GT em 06 de março de 2014.

A estrutura da operação se dará, obrigatoriamente, através de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”) e outros veículos, na qual a Cemig GT terá participação minoritária, de modo que não deterá mais que 50% do capital votante de nenhum veículo ou mais que 50% do patrimônio de nenhum dos FIPs, preservando a natureza privada da estrutura.

O preço desta aquisição será de R\$835.385, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificada entre 31 de dezembro de 2013 e a Data de Fechamento, acrescidos dos aportes de capital realizados pela AGP na SAAG até a Data de Fechamento e deduzido dos eventuais dividendos declarados pela SAAG à AGP até a Data de Fechamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Neste sentido, a Companhia e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$400.000 foram aportados no primeiro trimestre de 2014, bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo.

### **Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA**

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de





geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESÁ ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento ocorreram paralisações nas obras. Estão em fase de discussão, entre a NESÁ e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

### **Celebração de Acordo de Investimento na Renova**

A controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. celebrou em 2013 Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de emissão de R\$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R\$1.414.733, valores estes atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“CCVA Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, será realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CEMIG GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.



A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, estariam atendidos pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley. A subscrição e integralização do aumento de capital na Renova deverá ser concluída até no 3º trimestre de 2014.

### Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou o CCVA Brasil PCH com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943.

## 12. IMOBILIZADO

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>16.472.497</b>	<b>(11.597.330)</b>	<b>4.875.167</b>	<b>16.471.433</b>	<b>(11.541.901)</b>	<b>4.929.532</b>
Terrenos	375.841	(5.720)	370.121	375.841	(4.405)	371.436
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.166.862	(5.010.575)	2.156.287	7.166.760	(4.988.691)	2.178.069
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.069.484	(1.497.027)	572.457	2.068.976	(1.495.119)	573.857
Máquinas e Equipamentos	6.818.752	(5.054.953)	1.763.799	6.818.298	(5.025.349)	1.792.949
Veículos	29.423	(18.152)	11.271	29.423	(17.477)	11.946
Móveis e Utensílios	12.135	(10.903)	1.232	12.135	(10.860)	1.275
<b>Em Curso</b>	<b>214.939</b>	<b>-</b>	<b>214.939</b>	<b>208.160</b>	<b>-</b>	<b>208.160</b>
Ativos em formação	214.939	-	214.939	208.160	-	208.160
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>16.687.436</b>	<b>(11.597.330)</b>	<b>5.090.106</b>	<b>16.679.593</b>	<b>(11.541.901)</b>	<b>5.137.692</b>

A taxa de depreciação média anual é de 2,89%. As taxas médias anuais de depreciação por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2014
<b>Em Serviço</b>	<b>4.929.532</b>	-	<b>1.220</b>	<b>(4)</b>	<b>(55.581)</b>	<b>4.875.167</b>
Terrenos	371.436	-	-	-	(1.315)	370.121
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.178.069	-	102	-	(21.884)	2.156.287
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	573.857	-	508	-	(1.908)	572.457
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	610	(4)	(29.756)	1.763.799
Veículos	11.946	-	-	-	(675)	11.271
Móveis e Utensílios	1.275	-	-	-	(43)	1.232
<b>Em Curso</b>	<b>208.160</b>	<b>7.999</b>	<b>(1.220)</b>	-	-	<b>214.939</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>5.137.692</b>	<b>7.999</b>	-	<b>(4)</b>	<b>(55.581)</b>	<b>5.090.106</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

### Custos de Empréstimos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no trimestre.

### Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	03/2014	31/12/2013
<b>Em serviço</b>				
Usina de Porto Estrela	33,33%	4,97	38.826	38.826
Usina Igarapava	14,50%	2,48	58.295	58.295
Usina de Funil	49,00%	3,53	183.229	183.229
Usina de Queimado	82,50%	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,74	552.204	552.204
Depreciação acumulada			(265.873)	(256.009)
<b>Total em operação</b>			<b>779.212</b>	<b>789.076</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50%		1.626	1.626
Usina de Funil	49,00%		205	205
Usina de Aimorés	49,00%		147	147
Usina Igarapava	14,50%		358	358
Usina Porto Estrela	33,33%		89	89
<b>Total em construção</b>			<b>2.425</b>	<b>2.425</b>



A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
	Epícares Empreendimentos e Participações LTDA	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

### Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.



A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

### 13. INTANGÍVEIS

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>98.517</b>	<b>(53.755)</b>	<b>44.762</b>	<b>97.280</b>	<b>(51.871)</b>	<b>45.409</b>
Servidão	13.405	(1.478)	11.927	13.405	(1.318)	12.087
Concessão Onerosa	34.649	(12.137)	22.512	34.649	(11.264)	23.385
Outros	50.463	(40.140)	10.323	49.226	(39.289)	9.937
<b>Em Curso</b>	<b>8.764</b>	<b>-</b>	<b>8.764</b>	<b>7.867</b>	<b>-</b>	<b>7.867</b>
Ativos em formação	8.764	-	8.764	7.867	-	7.867
<b>Intangível Líquido</b>	<b>107.281</b>	<b>(53.755)</b>	<b>53.526</b>	<b>105.147</b>	<b>(51.871)</b>	<b>53.276</b>

A taxa de amortização média anual é de 12,0%. As taxas médias anuais de amortização por atividade considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2013	Adição	Amortização	Transferências	31/03/2014
<b>Em Serviço</b>	<b>45.409</b>	<b>-</b>	<b>(1.883)</b>	<b>1.236</b>	<b>44.762</b>
Servidão	12.087	-	(160)	-	11.927
Concessão Onerosa	23.385	-	(873)	-	22.512
Outros	9.937	-	(850)	1.236	10.323
<b>Em Curso</b>	<b>7.867</b>	<b>2.133</b>	<b>-</b>	<b>(1.236)</b>	<b>8.764</b>
Ativos em formação	7.867	2.133	-	(1.236)	8.764
<b>Total</b>	<b>53.276</b>	<b>2.133</b>	<b>(1.883)</b>	<b>-</b>	<b>53.526</b>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

### 14. FORNECEDORES

	31/03/2014	31/12/2013
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	172.110	161.708
Materiais e Serviços	52.109	52.845
	<b>224.219</b>	<b>214.553</b>
Circulante	<b>223.896</b>	<b>214.240</b>
Não Circulante (*)	<b>323</b>	<b>313</b>

(\*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes



## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
ICMS	38.048	38.441
COFINS	45.179	29.613
PASEP	9.802	6.427
INSS	3.385	4.365
ISSQN	926	1.015
Outros	4.744	4.691
	<b>102.084</b>	<b>84.552</b>
<b>Não Circulante</b>		
COFINS	83.175	83.175
PASEP	18.058	18.058
	<b>101.233</b>	<b>101.233</b>
	<b>203.317</b>	<b>185.785</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>		
Imposto de Renda	93.336	-
Contribuição Social	37.493	-
	<b>130.829</b>	<b>-</b>

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	31/03/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R\$	458.566	480.000	938.566	915.693
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.890	86.482	94.372	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.024	8.211	12.235	13.271
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	18.419	442.348	460.767	449.124
Consórcio Pipoca (3)	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>489.084</b>	<b>1.017.041</b>	<b>1.506.125</b>	<b>1.475.076</b>
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	61.126	61.126	59.352
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	504.082	-	504.082	1.024.686
Debêntures (1)	2017	CDI + 0,90	R\$	5.784	479.908	485.692	518.318
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	1.462	227.214	228.676	233.127
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	5.072	761.121	766.193	782.247
Debêntures (1)	2016	CDI + 0,85	R\$	14.295	500.000	514.295	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>530.695</b>	<b>2.029.369</b>	<b>2.560.064</b>	<b>2.617.730</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>1.019.779</b>	<b>3.046.410</b>	<b>4.066.189</b>	<b>4.092.806</b>

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
<b>Indexadores</b>									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	61.126	61.126
IPCA (2)	13.870	496.846	-	-	113.538	113.599	251.213	510.070	1.499.136
CDI (3)	497.075	267.401	1.007.401	627.443	-	-	-	-	2.399.320
TJLP	9.123	10.274	9.977	9.977	9.390	7.631	7.631	42.604	106.607
<b>Total</b>	<b>520.068</b>	<b>774.521</b>	<b>1.017.378</b>	<b>637.420</b>	<b>122.928</b>	<b>121.230</b>	<b>258.844</b>	<b>613.800</b>	<b>4.066.189</b>

(1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(2) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(3) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Indexadores	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2014 %	Variação Acumulada no 1º Trimestre 2013 %
IPCA	2,18	1,94
FINEL	0,51	0,17
CDI	2,40	1,64
IGP-M	2,55	0,84

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.092.806</b>
Financiamentos Obtidos	505.368
Variação monetária e cambial	44.391
Encargos financeiros provisionados	82.689
Encargos Financeiros Pagos	(182.512)
Amortização de financiamentos	(476.553)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>4.066.189</b>



Geração e Transmissão S.A.

As captações de recursos durante o primeiro trimestre de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Debêntures – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	505.368
<b>Total de Captações</b>			<b>505.368</b>

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

## Garantias

Em 31 de março de 2014 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	31/03/2014
Nota Promissória e Aval	3.488.746
Recebíveis	12.235
Sem Garantia	565.208
<b>TOTAL</b>	<b>4.066.189</b>

## Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de março de 2014, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS FINANCEIROS	Saldo em 31/03/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	61.126	59.352
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	504.082	1.024.686
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	Não há	485.692	518.318
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2022	Quirografária	IPCA + 6,0%	Não há	228.676	233.127
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2019	Quirografária	IPCA + 6,2%	Não há	766.193	782.247
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simples não Conversíveis	2016	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	514.295	-
<b>TOTAL</b>						<b>2.560.064</b>	<b>2.617.730</b>

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.



### a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

## 17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	-	24.650
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.167	2.014
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.513	1.473
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	5.048	5.109
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	7.231	3.673
Pesquisa e Desenvolvimento	65.875	63.600
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.755	1.920
	<b>86.589</b>	<b>102.439</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>57.000</b>	<b>25.177</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>29.589</b>	<b>77.262</b>

## 18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	6.650	7.345	209	4.485	18.689
Contribuições Pagas	(5.921)	(3.776)	(117)	(742)	(10.556)
Passivo Líquido em 31 de março de 2014	<b>183.520</b>	<b>229.518</b>	<b>6.517</b>	<b>143.821</b>	<b>563.376</b>
<b>Passivo Circulante 31 de março de 2014</b>					<b>32.196</b>
<b>Passivo Não Circulante 31 de março de 2014</b>					<b>531.180</b>



Geração e Transmissão S.A.

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

## 19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/03/2014
Trabalhistas	21.047	392	(1.415)	(392)	19.632
Cíveis	20	-	(20)	-	-
Tributárias	13.180	3.128	-	(8)	16.300
Ambientais	860	-	(832)	-	28
Regulatórias	2	9	-	-	11
Outras	21.515	1.698	-	(571)	22.642
<b>Total</b>	<b>56.624</b>	<b>5.227</b>	<b>(2.267)</b>	<b>(971)</b>	<b>58.613</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

#### Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão



de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$65.951 (R\$59.495 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$19.632 (R\$21.047 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$35.139 (R\$49.654 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$16.300 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.419 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$28 (R\$860 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

#### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$21.010 (R\$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

#### *Outras Ações*

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$17.678 (R\$9.952 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$1.643 foram provisionados (R\$1.517 em 31 de dezembro de 2013). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.



**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

*Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$52.721 (R\$51.578 em 31 de dezembro de 2013)

*Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$137.627 (R\$104.742 em 31 de dezembro de 2013), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

*Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$53.071 (R\$51.917 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$23.729. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumentos de mérito na defesa do referido auto.

### Questões Regulatórias

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$151.921 (R\$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.



A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$114.332 (R\$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

### Questões Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.867.837 (R\$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$112.407 (R\$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$893.192, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

### Aumento do Capital Social

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou o aumento do Capital Social de R\$893.192 para R\$1.700.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$806.808, sendo R\$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R\$386.937 provenientes de parte da “Reserva de Retenção de Lucros”.

### Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.083.745	496.750
Lucro por ação (em R\$)	0,3741	0,1715

## 21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.309.912	1.048.464
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	176.190	114.344
Receita de Construção (b)	13.549	17.639
Transações com energia na CCEE (c)	1.307.812	453.037
Outras receitas operacionais	6.211	4.718
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (d)	(350.340)	(251.731)
	<b>2.463.334</b>	<b>1.386.471</b>

### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Industrial	4.887.863	4.336.814	728.269	605.041
Comercial	79.731	76.854	17.909	16.228
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	104.402	(31.320)
	4.967.594	4.413.668	850.580	589.949
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	3.889.596	4.004.972	459.332	458.515
	<b>8.857.190</b>	<b>8.418.640</b>	<b>1.309.912</b>	<b>1.048.464</b>

(\*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(\*\*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.



### (b) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no período.

### (c) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE, em atendimento aos arts. 9 e 10 da Resolução ANEEL 552/2002.

### (d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2014	31/03/2013
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	119.891	104.371
COFINS	151.070	102.049
PIS-PASEP	32.781	22.149
ISSQN	324	134
	<b>304.066</b>	<b>228.703</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	10.144	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	11.863	9.128
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.650	5.623
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	9.708	5.623
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.909	2.654
	<b>46.274</b>	<b>23.028</b>
	<b>350.340</b>	<b>251.731</b>

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal (a)	73.108	109.085
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	13.496	13.434
Obrigações Pós-Emprego	12.039	9.485
Materiais	2.906	2.067
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	37.490	42.942
Serviços de Terceiros (b)	35.618	24.742
Depreciação e Amortização	59.721	73.371
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	39.532	32.465
Provisões Operacionais	2.958	5.428
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	64.947	62.830
Energia Elétrica Comprada para Revenda	355.699	229.780
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	13.549	17.639
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	15.636	17.739
	<b>726.699</b>	<b>641.007</b>

<b>a) Despesa com pessoal</b>	31/03/2014	31/03/2013
Remunerações e Encargos	62.916	61.766
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.414	4.229
Benefícios Assistenciais	7.242	7.881
	74.572	73.876
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(1.591)	(791)
	72.981	73.085
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	127	36.000
	<b>73.108</b>	<b>109.085</b>



a) Serviços de Terceiros	31/03/2014	31/03/2013
Comunicação	1.249	1.009
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.008	4.812
Conservação e Limpeza de Prédios	5.701	4.285
Mão de Obra Contratada	474	804
Fretes e Passagens	681	235
Hospedagem e Alimentação	1.174	257
Vigilância	2.364	1.555
Consultoria	4.439	1.007
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	376	480
Manutenção e Conservação de Veículos	759	643
Energia Elétrica	484	736
Meio Ambiente	4.730	4.313
Limpeza de Faixas	842	384
Serviços de Reprografia	249	240
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.822	593
Outros	4.266	3.389
	<b>35.618</b>	<b>24.742</b>

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal	291	256
Materiais	3.456	7.424
Serviços de Terceiros	9.201	9.047
Arrendamentos e Aluguéis	-	1
Outros	601	1.346
	<b>13.549</b>	<b>18.074</b>

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

## 23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Renda de Aplicação Financeira	37.876	14.287
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	6.005	1.876
Variação Monetária	3.248	501
Ajuste a Valor Presente	4.911	-
Outras	450	1.082
	<b>52.490</b>	<b>17.746</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(84.812)	(71.049)
Variação Monetária – Forluz	(6.650)	(6.881)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(44.391)	(45.103)
Variações Cambiais	(6)	(18)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(11.259)	(3.598)
Ajuste a Valor Presente	-	(1.417)
Outras	(3.481)	(2.930)
	<b>(150.599)</b>	<b>(130.996)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(98.109)</b>	<b>(113.250)</b>

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

## 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	337	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	905.687	905.687	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	610	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação	-	-	-	23.600	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	16.381	16.966	3.016	3.102	36.723	36.640	(8.597)	(9.970)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	13.002	-	-	-	-	-	-
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	207	530	132	132	3.134	1.778	-	(15)
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.463	1.436	-	-	(3.259)	(7.958)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.876	5.968	-	-	-	16	-	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Não Circulante</b>								
Debêntures (3)	-	-	61.126	59.352	-	-	(1.774)	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (4)	-	-	13.475	12.998	-	-	(6.650)	(6.881)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(4.414)	(4.229)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.260)	(1.266)
Arrendamento Operacional (8)	-	-	590	590	-	-	(1.769)	(1.141)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (4)	-	-	170.044	169.793	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (7)	-	-	15.774	15.312	-	-	(7.554)	(5.052)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (7)	-	-	220.261	217.062	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:



- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipu, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 18 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Contribuições da Cemig Geração e Transmissão para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (7) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (8) Aluguel do edifício sede.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 14, 16, 18, 21 e 22.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora. A tabela abaixo demonstra a os custos com a Administração registrados na controladora.

	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2.219	2.064
Participação nos Resultados	643	595
Benefícios Pós Emprego	181	159
Benefícios Assistenciais	33	28
<b>Total</b>	<b>3.076</b>	<b>2.846</b>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida



Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a 5,10%, CDI + 0,65% 0,73%, IGPM + 4,70% a 5,10% e taxa fixa entre 8,5% e 10,07%, a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.



Categoria dos Instrumentos financeiros	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa - Bancos	4.726	4.726	7.113	7.113
Equivalentes de Caixa - Aplicações	381.514	381.514	1.100.061	1.100.061
Consumidores e Revendedores	1.536.800	1.536.800	673.833	673.833
Concessionários - Transporte de Energia	32.506	32.506	29.303	29.303
Ativos Financeiros da Concessão	258.138	258.138	245.547	245.547
	<b>2.213.684</b>	<b>2.213.684</b>	<b>2.055.857</b>	<b>2.055.857</b>
<b>Disponíveis para Venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão	533.588	533.588	533.588	533.588
<b>Mantidos até o Vencimento</b>				
Títulos e Valores Imobiliários	130.829	130.608	228.821	228.319
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	93.866	93.866	352.785	352.785
<b>Passivos Financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	224.219	224.219	214.553	214.553
Concessões a Pagar	168.617	252.800	165.024	255.262
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.066.189	4.113.738	4.092.806	4.205.510
Dívida Pactuada com Forluz	183.520	183.520	182.791	182.791
	<b>4.642.545</b>	<b>4.774.277</b>	<b>4.655.174</b>	<b>4.858.116</b>

### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:



## Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

## Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa (nota 3)	381.514	1.100.061
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	224.695	581.606
Fundos Vinculados	6	4
	<u>606.215</u>	<u>1.681.671</u>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(2.399.320)	(1.883.635)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(106.607)	(109.576)
	<u>(2.505.927)</u>	<u>(1.993.211)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(1.899.712)</u></b>	<b><u>(311.540)</u></b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 11,25% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2014	31 de março 2015		
	Valor Contábil	Cenário I SELIC 11,25% TJLP 5%	Cenário SELIC 14,06% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 16,88% TJLP 7,5%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	381.514	424.434	435.155	445.914
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	224.695	249.973	256.287	262.624
Fundos Vinculados	6	7	7	7
	<u>606.215</u>	<u>674.414</u>	<u>691.449</u>	<u>708.545</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(2.399.320)	(2.669.244)	(2.736.664)	(2.804.325)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(106.607)	(111.937)	(113.270)	(114.603)
	<u>(2.505.927)</u>	<u>(2.781.181)</u>	<u>(2.849.934)</u>	<u>(2.918.928)</u>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b><u>(1.899.712)</u></b>	<b><u>(2.106.767)</u></b>	<b><u>(2.158.485)</u></b>	<b><u>(2.210.383)</u></b>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(207.055)</u>	<u>(258.773)</u>	<u>(310.671)</u>



## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/03/2014	31/12/2013
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.499.136)	(2.040.243)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	(61.126)	(59.352)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	533.588	533.588
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(1.026.674)</b>	<b>(1.566.007)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,77% e 6,32%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2014	31 de março de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,77% IGP-M 6,32%	Cenário Possível IPCA 7,21% IGP-M 7,90%	Cenário Remoto IPCA 8,66% IGP-M 9,48%
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 16)	(1.499.136)	(1.585.636)	(1.607.224)	(1.628.961)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGP-M (nota 16)	(61.126)	(64.989)	(65.955)	(66.921)
	<b>(1.560.262)</b>	<b>(1.650.625)</b>	<b>(1.673.179)</b>	<b>(1.695.882)</b>
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	533.588	567.311	575.741	584.172
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(1.026.674)</b>	<b>(1.083.314)</b>	<b>(1.097.438)</b>	<b>(1.111.710)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da inflação</b>		<b>(56.640)</b>	<b>(70.764)</b>	<b>(85.036)</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.



Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Fornecedores	216.099	7.456	341	323	-	224.219
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	905.687	-	-	905.687
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.683	7.964	1.253.756	2.953.924	1.755.947	6.038.274
Concessões a pagar	1.703	5.021	13.539	61.737	153.453	235.453
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	3.980	6.052	16.509	112.548	186.420	325.509
	<b>288.465</b>	<b>26.493</b>	<b>2.189.832</b>	<b>3.128.532</b>	<b>2.095.820</b>	<b>7.729.142</b>

#### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.498.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo





como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

4. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
5. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

#### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas, verificado anualmente no final do exercício, poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

#### b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Total do Passivo	6.744.162	6.660.022
Caixa e Equivalentes de Caixa	(386.240)	(1.107.174)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>6.357.922</b>	<b>5.552.848</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.898.762</b>	<b>3.815.017</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>1,30</b>	<b>1,46</b>

## 26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/03/2014	Valor justo em 31 de março de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	17.060	-	17.060	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	44.962	-	44.962	-
Letras Financeiras do Tesouro	12.466	-	12.466	-
Debêntures	16.759	-	16.759	-
Outros	2.619	-	2.619	-
	<b>93.866</b>	-	<b>93.866</b>	-
<b>Ativos Financeiros da Concessão</b>	<b>533.588</b>	-		<b>533.588</b>
<b>Total</b>	<b>627.454</b>	-	<b>93.866</b>	<b>533.588</b>

### Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de março de 2014. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 10.

## 27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de março de 2014		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>10.652.868</b>	<b>990.056</b>	<b>11.642.924</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>1.630.419</b>	<b>13.549</b>	<b>1.643.968</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.401.482</b>	<b>61.852</b>	<b>2.463.334</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(355.699)	-	(355.699)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(64.865)	(82)	(64.947)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	(48.453)	(24.655)	(73.108)
Participação dos Empregados	(9.393)	(4.103)	(13.496)
Obrigação Pós Emprego	(8.384)	(3.655)	(12.039)
Material	(1.965)	(941)	(2.906)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(37.490)	-	(37.490)
Serviços de Terceiros	(28.294)	(7.324)	(35.618)
Depreciação e Amortização	(59.721)	-	(59.721)
Provisões	(2.059)	(899)	(2.958)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(39.532)	-	(39.532)
Custo de Construção	-	(13.549)	(13.549)
Outras	(11.229)	(4.407)	(15.636)
	(246.520)	(59.533)	(306.053)
<b>CUSTOS E DESPESAS TOTAIS</b>	<b>(677.084)</b>	<b>(59.615)</b>	<b>(726.699)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.049	-	1.049
<b>Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro</b>	<b>1.735.447</b>	<b>2.237</b>	<b>1.737.684</b>
Receitas Financeiras	37.173	15.317	52.490
Despesas Financeiras	(85.827)	(64.772)	(150.599)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>1.686.793</b>	<b>(47.218)</b>	<b>1.639.575</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(571.848)	16.018	(555.830)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>1.114.945</b>	<b>(31.200)</b>	<b>1.083.745</b>



Geração e Transmissão S.A.

DESCRIÇÃO	31 de março de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>8.362.106</b>	<b>3.639.482</b>	<b>12.001.588</b>
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	<b>89.829</b>	<b>17.639</b>	<b>107.468</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.339.462</b>	<b>47.009</b>	<b>1.386.471</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(229.780)	-	(229.780)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(62.791)	(39)	(62.830)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	(71.245)	(37.840)	(109.085)
Participação dos Empregados	(9.028)	(4.406)	(13.434)
Obrigação Pós Emprego	(6.374)	(3.111)	(9.485)
Material	(1.426)	(641)	(2.067)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(42.942)	-	(42.942)
Serviços de Terceiros	(18.867)	(5.875)	(24.742)
Depreciação e Amortização	(73.371)	-	(73.371)
Provisões	(3.648)	(1.780)	(5.428)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(32.465)	-	(32.465)
Custo de Construção	-	(17.639)	(17.639)
Outras	(12.657)	(5.082)	(17.739)
	(272.023)	(76.374)	(348.397)
<b>CUSTOS E DESPESAS TOTAIS</b>	<b>(564.594)</b>	<b>(76.413)</b>	<b>(641.007)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(846)	78.924	78.078
<b>Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro</b>	<b>774.022</b>	<b>49.520</b>	<b>823.542</b>
Receitas Financeiras	13.453	4.293	17.746
Despesas Financeiras	(69.604)	(61.392)	(130.996)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>717.871</b>	<b>(7.579)</b>	<b>710.292</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(242.760)	29.218	(213.542)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>475.111</b>	<b>21.639</b>	<b>496.750</b>

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética S.A. (RBE)**

Em 30 de abril de 2014, foi celebrado pela Cemig GT, na condição de Compradora e, Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Arcadis Logos Energia S.A. na condição de Vendedoras, Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) referente à aquisição de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”).

A RBE é sociedade anônima de capital fechado, titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba, no Estado de Minas Gerais, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios (informação não revisada pelos auditores).

O preço de aquisição, referente a 49,9% do capital total da RBE, é de R\$145.897 e será ajustado na forma do CCVA.

A conclusão da operação permanece sujeita a condições suspensivas, dentre as quais a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a anuência pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pelos financiadores e pelo sócio remanescente.

### **Julgamento do Mandado de Segurança da Usina Jaguará**

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Jaguará”), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e dois contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT. Ainda não foi marcada a retomada do julgamento.

A liminar concedida para que a Cemig permanecesse no controle de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo, continua vigente.

### **Conversão em Lei 12.973/2014 da Medida Provisória nº 627/13**

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627/13 que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015 foi convertida na Lei 12.973/2014.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte - MG

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board-IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfases

##### Renovação da concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa 12 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará ("UHE Jaguará") teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

##### Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 10 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao poder concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("Interim Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos

procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Ricardo Faria Gomez  
Auditores Independentes Contador  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG CRC-SP 218.398/O-1 T/MG